



Governança Eletrônica: Uma Análise Bibliométrica dos Periódicos Nacionais e Internacionais

Electronic Governance: A Bibliometric Analysis of National and International Academic Journals

Sergio Moacir Fabriz¹, Adhmir Renan Voltolini Gomes² e Gilmar Ribeiro de Mello³

RESUMO

Neste estudo, buscou-se identificar os artigos científicos, as citações e os construtos que envolvem a governança eletrônica, por meio de um estudo bibliométrico para levantar os principais artigos científicos a respeito desse tema, publicados nas revistas científicas nacionais e internacionais. O levantamento bibliográfico foi concretizado nas bases *Scopus*, *Web of Science*, *Spell* e *SciELO*, e abrangeu os anos de 2005 a 2015. A justificativa desta pesquisa decorre do fato de que a governança eletrônica compreende o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) pelo governo, no intuito de melhorar a prestação de seus serviços para os cidadãos, para os negócios e, também, para as próprias agências do governo. Foram constatados, no estudo, 364 artigos, com um aumento considerável a partir de 2009. A maioria dos estudos foi realizada na Índia, nos Estados Unidos e no Reino Unido, representando 43,95% no período, porém a Coreia do Sul obteve a maior média de citações por artigo, seguida dos Estados Unidos e da Espanha. Os resultados deste estudo vão na mesma linha que os achados de Evans e Yen (2006), que defendem que os diferentes desenvolvimentos de governança eletrônica são um reflexo da cultura da população. No Brasil, os estudos encontrados consideraram desde a contribuição até o monitoramento das práticas de governança eletrônica do governo. Os periódicos que tiveram maior publicação acerca do tema foram *Government Information Quarterly*, *International Journal of Electronic Governance* e *Electronic Government*. Após a identificação das palavras dos títulos e dos resumos, foram encontrados 5 *clusters* que definem as principais ideias do tema abordado. Para futuras pesquisas, sugere-se a comparação entre os serviços prestados por meio das TIC em países que já têm uma cultura moldada às práticas de e-governança e os prestados no Brasil.

Palavras-chave: Governança eletrônica; Governo eletrônico; Democracia eletrônica.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Paraná, Brasil.

E-mail: sergiomoacirfabriz@gmail.com  <http://orcid.org/0000-0002-1130-4822>

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Paraná, Brasil.

E-mail: adhmir.renan@gmail.com  <http://orcid.org/0000-0003-2089-5924>

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Paraná, Brasil.

E-mail: gilmarribeirodemello@gmail.com  <http://orcid.org/0000-0002-8530-442X>

ABSTRACT

This study sought to identify the academic articles, citations and constructs that involve the issue of electronic governance. This research was carried out through a bibliometric study to collect the main academic articles on electronic governance published in national and international academic journals. The bibliographical survey was carried out on the Scopus, Web of Science, Spell and Scielo databases, covering the years 2005 to 2015. The justification for the theme is given by the fact that electronic governance comprises the use of information and communication technologies (ICT) by the government in order to improve the delivery of its services to citizens, to businesses and even to government agencies themselves. The study found 364 articles, with a considerable increase from 2009. Most of the studies were conducted in India, the United States and the United Kingdom, representing 43.95% in the period, however, South Korea obtained the highest average citations per article, followed by the United States and Spain. The findings of this study are based on those of Evans and Yen (2006), who argue that the different developments in electronic governance are a reflection of the population's culture. In Brazil, the studies found, have focused both on the contribution as well as the monitoring of government's e-governance practices. The journals that had the highest publications on the subject were Government Information Quarterly, International Journal of Electronic Governance and Electronic Government. After identifying the words of the titles and the abstracts, five clusters were found that define the main ideas of the topic addressed. For future research, a comparison of services provided through ICTs in countries that already have a culture shaped by e-governance practices with those provided in Brazil is suggested.

Keywords: *Electronic governance; Electronic government; Electronic democracy.*

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) mudaram a forma de relacionamento da gestão pública, devido a sua contribuição para a construção de um ambiente cada vez mais rápido e de fácil acesso ao governo. Isso trouxe a necessidade de adaptação dos governos a um novo cenário, mas também possibilitou caminhos inovadores para melhorar tanto a percepção quanto os serviços prestados, permitindo outras formas de governança (Guimarães & Medeiros, 2005).

A governança eletrônica envolve as TIC com a função de melhorar a prestação de serviços do governo para os cidadãos, para os negócios e, também, para as próprias agências do governo. Esse envolvimento integra pessoas, processos, informações, com o intuito de obter uma boa governança (Kaur, 2016). Ademais, existe um crescimento do consenso sobre a necessidade de se revitalizar a administração pública em todo o mundo, com a finalidade de facilitar a qualidade dos serviços governamentais (Bhuiyan, 2011).

A implantação de tecnologias sem incentivar a participação dos cidadãos não garante a interação necessária, e pode dificultar a comunicação entre os atores envolvidos (Souza, Araujo, Araújo, & Silva, 2014). No entanto, Guimarães e Medeiros (2005) reconhecem que as novas formas de interação eletrônica têm um efeito direto na governança, pois possibilitam um novo espaço para a interação entre os cidadãos e o governo.

O Estado tem uma governança eletrônica com alicerce nas teorias da agência, da escolha pública e dos custos de transação (Mello, 2009). Dessa forma, a governança eletrônica pode

reduzir tanto os custos inerentes aos conflitos de interesse, quanto os custos inerentes às transações, o que possibilitaria maior divulgação das informações, da disponibilidade de serviços e da participação dos cidadãos no processo, com sugestões, críticas ou até mesmo com a fiscalização dos gestores públicos (Soares Junior & Santos, 2007).

O estudo de Barbosa (2017) apontou a necessidade de se aprimorar os instrumentos do governo eletrônico. Nesse sentido, este estudo busca demonstrar a importância da contabilidade ao abordar o tema de governança eletrônica.

Considerando a importância e a relevância desse tema, este artigo tem como questão de pesquisa a seguinte: quais são os principais estudos acerca de governança eletrônica no Brasil e no exterior publicados no período de 2005 a 2015?

Para responder a essa questão, foi estabelecido o objetivo de se identificar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, os artigos científicos sobre a governança eletrônica, as citações no período e os seus construtos, publicados nas revistas científicas, nacionais e internacionais, no período de 2005 a 2015, com vistas a se obter uma visão do tema e as principais abordagens realizadas nesta área de estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Governança eletrônica

A governança eletrônica tem um conceito amplo que abrange a administração eletrônica, os serviços eletrônicos e a democracia eletrônica. Assim sendo, tem-se a compreensão de que a governança eletrônica inclui o governo eletrônico e a democracia eletrônica, conforme a Figura 1.

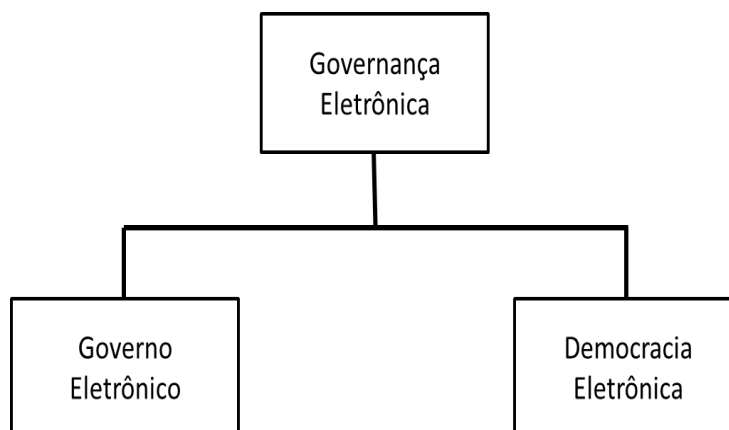


Figura 1. Governança eletrônica

Fonte: adaptado de *Estudo das práticas de governança eletrônica: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros*, de G. R. de Mello, 2009, p. 44.

Na administração pública, o uso das TIC está relacionado aos processos administrativos do governo, os serviços eletrônicos estão relacionados à criação de canais por meios digitais que possam atender aos cidadãos e a democracia eletrônica refere-se à utilização dessas tecnologias para a consulta dos cidadãos nos processos de decisão do governo (UNESCO, 2005; Cunha, Duclós, & Barbosa, 2006; Knight & Fernandes, 2006). Nessa concepção, o governo eletrônico é composto pela administração eletrônica e pelos serviços eletrônicos. A administração

eletrônica é a utilização das TIC para armazenar dados para os sistemas de informações gerenciais. Quanto aos serviços, entende-se a própria prestação de serviços de forma *on-line* (Araújo & Gomes, 2004; Holzer & Kim, 2005; Knezevic, 2007).

O governo eletrônico começou com uma ferramenta de comunicação intragovernamental e, posteriormente, com o desenvolvimento dos sítios eletrônicos (*websites*) das organizações governamentais, que começaram a se espelhar pelo setor privado (Schwester, 2009). Assim, o governo eletrônico refere-se ao uso das tecnologias da informação pelo governo para cooperar com todas as partes interessadas na produção de políticas e serviços (Meijer, 2015).

A governança eletrônica contempla três tipos de relações; a relação Governo para Governo, na qual há inter-relação entre os governos. A relação Governo para Negócios, que diz respeito à relação entre governo, fornecedores, empresas etc.; a relação Governo para Cidadãos, que se refere às relações entre o governo e os cidadãos (Evans & Yen, 2006; Georgescu, 2008).

A legitimidade do governo também é transpassada para a sociedade por meio da transparência dos atos políticos, administrativos e econômicos, seja por imposição legal ou até mesmo por exigência da própria sociedade, pois os recursos para cumprir os objetivos do governo advêm dos cidadãos. É dessa forma que a governança eletrônica se torna uma ferramenta de acompanhamento e fiscalização da gestão pública (Beuren, Moura, & Kloeppel, 2013).

O envolvimento dos cidadãos na governança tem desempenhado um papel importante na transformação do governo, como o acesso a informações e serviços, tornando-se um elemento para a boa governança, fundamental para a relação governo-cidadão-empresa, o que oportuniza mais a transparência e a *accountability* (Mello, 2009).

De acordo com Foley e Alfonso (2009), o fornecimento dos serviços digitais em muitos países ainda é decepcionante. No mundo todo, o desenvolvimento das atividades governamentais custa muito caro e oferece pouco em relação aos custos, além de não se demonstrar suficientemente responsável. Entretanto, os meios que a governança eletrônica utiliza são embasados em três fatores básicos: automatização, informatização e transformação (Heeks, 2001). Dessa forma, a governança eletrônica abrange não apenas a prestação de serviços públicos, mas também questões da democracia, permitindo a consulta e ampliando as possibilidades de comunicações (Schuppan, 2009).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2002), a governança eletrônica caracteriza-se pelo inter-relacionamento que inclui o poder de coordenação, a implementação e a entrega de serviços *online* ou por outros meios eletrônicos aos cidadãos. Esse processo se dá pelo desenvolvimento de programas, pela promoção e pelo reforço da participação da coletividade, aperfeiçoando a prestação de serviços e adotando um indexador do país para gerir os portais e os sítios eletrônicos.

Contudo, a visão básica sobre a governança eletrônica pressupõe a utilização da tecnologia para torná-la mais transparente, responsável, participativa. Assim, é concebida como uma alavanca eficaz para o controle das funções sociais, abordando desde qualidade e necessidade até o custo, entre outros fatores (Paulin, 2016).

Para a governança eletrônica, assim como para a governança corporativa, é necessário ter transparência, *accountability*, interação social, além de outros elementos. A governança eletrônica está inserida na prestação de serviços em quase todos os segmentos da sociedade, como educação, saúde, transportes, entre outros (Paul, 2007).

2.2 Estudos relacionados

Os autores Mello e Slomski (2010) propuseram um índice de mensuração e monitoramento do desenvolvimento da governança eletrônica dos estados brasileiros e do Distrito Federal. Pelo índice analisado, verificou-se que o estado de São Paulo se destacou com mais de 70% das práticas sugeridas implementadas, ao passo que o Mato Grosso do Sul obteve o pior desempenho, com apenas 37%, e concluiu-se que os estados mais desenvolvidos detinham o maior número de práticas de governança eletrônica implantadas.

Pereira, Macadar e Pereira (2013) analisaram como os diversos fatores institucionais influenciam na implementação de práticas de governança eletrônica por organizações públicas, e identificaram que a instituição analisada sofreu influências externas na forma de pressão coercitiva, normativa e mimética para a implantação das práticas de governança eletrônica.

Na pesquisa elaborada por Souza *et al.* (2014), buscou-se analisar as práticas de governança eletrônica nos 100 municípios mais populosos do Brasil, utilizando-se o modelo proposto por Mello (2009). Dentro das práticas analisadas, destacaram-se a usabilidade e a acessibilidade. Os municípios que tiveram os índices mais altos foram Anápolis (GO), Vitória (ES) e Betim (MG). Todavia, no estudo em questão, concluiu-se que os municípios não estão implantando as práticas de governança eletrônicas apresentadas pela literatura. Verificou-se, também, que as práticas sem o incentivo à população não garantiriam a interação entre governo e sociedade.

Paulo (2015) objetivou examinar os sítios eletrônicos chineses oficiais com foco em governança eletrônica com finalidade de compreender as oportunidades que os *sites* trouxeram no quesito de comunicação ao público europeu, bem como a imagem central do governo chinês. Com base em uma amostra composta por entrevistados na área de negócios, de pesquisa, turismo e serviços públicos, os resultados demonstraram que existe uma correlação entre acesso e qualidade da informação e, também, entre serviços eletrônicos e confiabilidade, bem como uma influência entre qualidade da informação e melhoria da imagem do governo.

O estudo bibliométrico de Zittei e Fernandes (2015) buscou analisar as publicações sobre o e-serviço no governo eletrônico, utilizando a base de dados internacional da *Scopus*, durante o período de 2001 a 2015, tendo como resultado a análise de 299 artigos, que apresentam as principais revistas da ciência da computação e negócios e as de gestão e contabilidade, destacando-se a concentração de pesquisas no Reino Unido, nos Estados Unidos da América e na China.

O estudo de Barbosa (2017) tratou sobre o perfil da produção brasileira a respeito do governo eletrônico, utilizando apenas a base da *Spell*, que, após identificar 37 publicações, demonstrou que há uma diversidade de autores que versam sobre o tema, sendo a maioria de análises bibliográficas e de estudos de caso. Também apontou para melhoramento dos instrumentos eletrônicos, maior evidenciação, eficiência e interação da governança eletrônica.

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, procura-se identificar os principais estudos sobre governança eletrônica no Brasil e no exterior, publicados no período de 2005 a 2015. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como levantamento bibliométrico, pois, segundo Creswell (2007), procura levantar toda a bibliografia publicada acerca do tema. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário dividi-la em quatro etapas: a primeira contém a escolha da pergunta norteadora do estudo; na segunda, tem-se a definição dos critérios de busca, inclusão e exclusão nas bases bibliográficas; na terceira,

consta a análise e interpretação dos dados, em que se relacionam as publicações de acordo com as informações encontradas; e na quarta, a conclusão dos resultados encontrados.

As bases utilizadas para a pesquisa dos artigos foram a SCOPUS, a WEB of SCIENCE, a SPELL e a SCIELO. Quanto à busca, foi limitada a artigos científicos, com as seguintes palavras: “electronic governance” ou “e-governance” nas bases estrangeiras; e apenas a palavra “governança eletrônica”, nas bases brasileiras, sendo que a busca foi realizada no título, no resumo e nas palavras-chaves. Foram encontrados 364 artigos, e não foi aplicado filtro por periódico ou por impacto da revista ou por área do conhecimento.

Para a apresentação dos resultados, foi utilizada uma planilha eletrônica para organizar os artigos de acordo com autores, artigos, revistas, datas, título, e também o programa bibliométrico VOSVIEWER para a análise de títulos e resumos. Para utilizar esse *software*, foi carregada uma base que continha os dados dos artigos na extensão *.ris*. Com a finalidade de padronização, o idioma escolhido foi o inglês. Assim, para os artigos em português, de todos os títulos e resumos foram coletados os respectivos *title* e *abstract* disponíveis.

Antes de carregar a base de dados com 364 artigos, foi criado um mapa baseado em texto. Em seguida, foi escolhida a opção referente à seleção dos campos com títulos e resumos. O método de contagem escolhido foi o de contagem binária. O número mínimo de ocorrências foi igual a 10. Nesses parâmetros, de 7949 termos, 192 atenderam aos critérios. Por padrão, foram escolhidos 60% dos termos mais relevantes de acordo com a pontuação calculada pelo programa, o que resultou em 115 termos. Também foram filtrados os termos *Research, Space, Purpose, Delivery, Field, Example, Extent, Part, Place Question, Reference, Case Study, Survey, Author, Evidence, Researcher Limitations Implication, Implication, Researcher, Finding, Practical Implication, Sample, Today, Context, Methodology, Design Methodology Approach*, por se entender que não abrangiam o tema pesquisado, mas apenas dados inerentes aos métodos e às limitações de pesquisa.

Para a coleta do número de citações, deu-se preferência às citações da base SCOPUS quando os artigos pertenciam a mais de uma base; depois, foi dada preferência às citações da WEB of SCIENCE quando os artigos estavam presentes em outras bases que não a SCOPUS. Em terceiro, foi preferenciado o número de citações da base SPELL, quando os artigos também estavam contidos na base SCIELO. Dessa forma, as citações da base SCOPUS prevaleceram, em seguida as citações da WEB of SCIENCE, SPELL e SCIELO. Cabe ressaltar que a forma de coleta do número de citações foi padronizada, conforme descrito, para coletar o maior número de citações de forma sistemática. Por fim, os resultados foram apresentados e interpretados a partir do delineamento da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta seção engloba a apresentação e a análise dos resultados, de acordo com as datas das publicações, os países, os jornais ou as revistas, os autores e o número de referências citadas.

4.1 Análise por artigos publicados

Neste tópico, foram realizadas as análises do estudo, tendo os artigos como numerador comum para as publicações por ano, por países e jornais; a classificação dos países foi realizada de acordo com o volume de publicação em cada país. Quanto às revistas, foram classificadas conforme descrito nas bases pesquisadas. A Tabela 1 descreve o número de publicações relacionadas à governança eletrônica por ano.

Tabela 1

Número de publicações sobre governança eletrônica por ano, no período de 2005 a 2015

Ano	Brasil	Percentual (%)	Exterior	Percentual (%)	Total de artigos	Percentual (%)
2005	1	0,27	17	4,67	18	4,95
2006	0	0,00	16	4,40	16	4,40
2007	0	0,00	26	7,14	26	7,14
2008	1	0,27	24	6,59	25	6,87
2009	0	0,00	37	10,16	37	10,16
2010	1	0,27	29	7,97	30	8,24
2011	0	0,00	38	10,44	38	10,44
2012	0	0,00	44	12,09	44	12,09
2013	3	0,82	35	9,62	38	10,44
2014	1	0,27	34	9,34	35	9,62
2015	1	0,27	56	15,38	57	15,66
Total	8	2,20	356	97,80	364	100,00

Observa-se, na Tabela 1, a quantidade de publicações por ano, sendo que o ano com maior número de publicações foi 2015, com 15,66%, ou seja, 57 publicações. A média de publicações é de 33 por ano. Nota-se que, a partir do ano de 2011, as quantidades de artigos publicados ficaram acima da média do período. Em 2010, houve uma redução nas publicações em comparação ao ano de 2009. O número de publicação nesses períodos, ainda, ficou acima dos períodos iniciais observados, sendo que a amostra está bem distribuída, com os últimos três anos representando 36,7% das publicações levantadas.

Na Tabela 2, está descrito o número de publicações por país, no período de 2005 a 2015.

Tabela 2

Número de publicações sobre governança eletrônica por país, no período de 2005 a 2015

País	N.º de artigos	Percentual (%)
Índia	80	21,98
Estados Unidos	58	15,93
Reino Unido	22	6,04
Espanha	16	4,40
Austrália	15	4,12
Grécia	14	3,85
Alemanha	9	2,47
Itália	9	2,47
China	8	2,20
Brasil	8	2,20
Canadá	6	1,65
Coreia do Sul	6	1,65
Outros	113	31,04
Total	364	100,00

Na Tabela 2, observa-se que a Índia detém o maior número de publicações, com 21,98%; os Estados Unidos ficam com o segundo lugar, com 15,93%; em terceiro lugar, fica o Reino Unido, com 6,04% das publicações. O Brasil tem apenas 8 publicações, a mesma quantidade

da China, com 2,20%. Contudo, levando em consideração apenas as bases internacionais pesquisadas, o Brasil ficaria com apenas duas publicações.

Nota-se que os resultados demonstram que a produção de artigos pode estar relacionada à cultura da população no que tange à experiência com os dispositivos e portais eletrônicos, conforme sugere Evans e Yen (2006).

Para analisar a quantidade de publicações por revistas, a Tabela 3 descreve o número de publicações das revistas.

Tabela 3

Número de publicações sobre governança eletrônica por revistas, no período de 2005 a 2015

Revistas	N.º de Artigos	Percentual
<i>Government Information Quarterly</i>	28	7,69
<i>International Journal of Electronic Governance</i>	27	7,42
<i>Electronic Government</i>	16	4,40
<i>International Journal of Electronic Government Research</i>	14	3,85
<i>International Journal of Public Administration</i>	7	1,92
<i>Transforming Government: People, Process and Policy</i>	7	1,92
<i>International Journal of Applied Engineering Research</i>	5	1,37
<i>International Journal of Public Sector Management</i>	5	1,37
Outros	255	70,05
Total	364	100,00

Conforme a Tabela 3, as revistas com cinco ou mais publicações somaram 25,27% da amostra, destacando-se a revista *Government Information Quarterly*, com 28 publicações, ou 7,69%. Em segundo, a revista *International Journal of Electronic Governance*, com apenas dois artigos a menos, obtendo 7,42% do total.

A revista *Government Information Quarterly*, além de enfatizar a relação entre governo e cidadãos, também dá ênfase às políticas sobre informação, disponibilidade de acesso, impacto da tecnologia da informação, privacidade de dados e segurança, entre outros assuntos. Dessa forma, o periódico abrange várias disciplinas, como política pública, sistemas de informação, economia, entre outras, o que privilegia a liderança do *ranking* acerca do tema.

Nesse mesmo sentido, a revista *International Journal of Electronic Governance*, também, foca em políticas públicas e acesso à informação, porém se percebe que as publicações possuem uma interseção comum, a governança eletrônica. Assim, é mais voltada ao tema do que o periódico com mais publicações. Todavia, as revistas que têm menos de 27 publicações representam 78,24% da amostra.

4.2 Análise por citações

Neste tópico, foram realizadas as análises tendo a quantidade de citações como numerador comum para as publicações por ano, por países e por revistas. Na Tabela 4, estão os números de citações relacionadas à governança eletrônica por ano.

Tabela 4
Média de citações dos artigos sobre governança eletrônica, por ano, no período de 2005 a 2015

Ano	Artigos	Citações	Citações/Artigos
2005	18	376	20,89
2006	16	400	25,00
2007	26	198	7,62
2008	25	284	11,36
2009	37	272	7,35
2010	30	336	11,20
2011	38	270	7,11
2012	44	322	7,32
2013	38	144	3,79
2014	35	55	1,57
2015	57	51	0,89
Total	364	2.708	7,44

Os anos de 2005 a 2009 detêm 1.530 citações, o que representa 56,50% do total, com uma média de 246,18 por ano, sendo que os últimos dois anos têm os menores números de citações. Destaque-se o ano de 2006 com 400 citações, seguido de 2005 e 2010, com 376 e 336, respectivamente.

Além disso, os anos de 2005 e 2006 detêm os maiores índices de citações por artigos, com os valores médios de 20,89 e 25 citações cada. Nos anos mais recentes, os valores médios ficam abaixo de 2 citações por artigos. No entanto, ressalte-se que, no total, o valor médio de citações por artigo é de 7,44, sendo que os anos de 2005, 2006, 2008 e 2010 ficaram acima da média de 10 citações por artigo.

Na Tabela 5, relacionam-se os valores médios de citações por país, o que possibilita a análise da influência das publicações de cada país sobre o tema em questão.

Tabela 5
Média de citações por publicação sobre governança eletrônica por país, no período de 2005 a 2015

País	Citações	Artigos	Citações/Artigos
Coreia do Sul	136	6	22,67
Espanha	218	16	13,63
Estados Unidos	779	58	13,43
Reino Unido	223	22	10,14
Canadá	50	6	8,33
Outros	702	113	6,21
Alemanha	51	9	5,67
Grécia	79	14	5,64
Austrália	80	15	5,33
Índia	334	80	4,18
China	27	8	3,38
Itália	28	9	3,11
Brasil	1	8	0,13
Total	2708	364	7,44

Observa-se, pela análise da Tabela 5, que a Índia, país que tem o maior número de publicações, 80 artigos, representando 21,98% (cf. Tabela 2), tem a baixa média de 4,18 citações por artigos. A Coreia do Sul, porém, que apresenta apenas 6 publicações, possui uma média de 22,67 citações por artigo. Destaque-se, também, a Espanha, cuja média é de 13,63 citações, com 16 artigos. Na sequência, aparecem os Estados Unidos, com 58 publicações e o valor médio de citações por artigo de 13,63. Ressalte-se que apenas 5 países ficaram acima do valor médio geral de 7,44 (Canadá, Reino Unido, Estados Unidos, Espanha e Coreia do Sul).

Nos artigos da Coreia do Sul, 92 (que representam 67,65%) das citações são da obra de Jungwoo Lee. Na Espanha, o cenário das citações não é muito diferente, pois as citações concentram-se na obra dos autores Torres, Pina e Acerete, com 92 (representando 42,2%). Nos Estados Unidos, o cenário das citações é menos concentrado em relação ao dos demais países, pois as obras mais citadas são de Evans e Yen, com 152 (19,5%) das citações.

Para orientar futuros pesquisadores a encontrarem pesquisas de maior relevância sobre a área de governança eletrônica, a Tabela 6 apresenta os periódicos mais citados.

Tabela 6

Quantidade de citações por periódicos sobre governança eletrônica, no período de 2005 a 2015

Periódicos	Citações	Percentual (%)
<i>Government Information Quarterly</i>	792	29,25
<i>International Journal of Public Sector Management</i>	213	7,87
<i>Governance</i>	92	3,40
<i>International Journal of Electronic Government Research</i>	87	3,21
<i>Journal of Public Policy</i>	82	3,03
<i>Public Culture</i>	72	2,66
<i>Electronic Government</i>	63	2,33
<i>Administration and Society</i>	59	2,18
<i>International Journal of Electronic Governance</i>	51	1,88
<i>Public Administration Review</i>	48	1,77
<i>Information Polity</i>	46	1,70
<i>Electronic Library</i>	43	1,59
<i>IEEE Communications Magazine</i>	42	1,55
Outros	1.018	37,59
Total geral	2.708	100,00

As revistas *Government Information Quarterly* e *International Journal of Public Sector Management* juntas detêm 37,11% das citações, com apenas 55 publicações, enquanto outros jornais agrupados detêm 39,59% das citações, com 255 publicações. Nota-se que o volume de citações da revista *Government Information Quarterly* é proveniente de apenas 10 artigos. Já a revista na segunda colocação possui apenas 2 artigos que se destacam, porém a obra de Saxena (2005) possui 53% das citações.

A Tabela 7 demonstra a média de citações por artigo sobre o tema dos periódicos por revistas no período.

De acordo com a Tabela 7, com 92 citações por artigo, a revista *Governance* foi a que teve a maior média, porém com apenas uma publicação. Essa revista tem a finalidade de fornecer um fórum sobre as práticas de políticas públicas, administração e organização das nações. Dentro desse escopo, observa-se que a governança eletrônica é apenas uma parte do todo, o que justifica apenas um artigo publicado a respeito do tema.

Tabela 7

Média de citações por artigo sobre governança eletrônica, por revistas, no período de 2005 a 2015

Revistas	Citações	Artigos	Média
<i>Governance</i>	92	1	92,0
<i>Public Culture</i>	72	1	72,0
<i>Administration And Society</i>	59	1	59,0
<i>International Journal of Public Sector Management</i>	213	5	42,6
<i>Ieee Communications Magazine</i>	42	1	42,0
<i>International Journal of Information Management</i>	39	1	39,0
<i>Journal of Public Administration Research and Theory</i>	39	1	39,0
<i>Critical Perspectives on Accounting</i>	38	1	38,0
<i>International Review of Administrative Sciences</i>	35	1	35,0
<i>Journal of Global Information Management</i>	33	1	33,0
<i>Science of the Total Environment</i>	33	1	33,0
<i>Government Information Quarterly</i>	792	28	28,3
<i>Journal of Public Policy</i>	82	3	27,3
<i>Journal of the American Society for Information Science and Technology</i>	27	1	27,0
<i>Computer Communication Review</i>	26	1	26,0
<i>International Public Management Journal</i>	26	1	26,0
<i>Public Administration Review</i>	48	2	24,0
<i>Ecology And Society</i>	21	1	21,0
<i>Telematics And Informatics</i>	21	1	21,0
Outros	970	311	3,1
Total	2.708	364	7,4

A revista *Public Culture*, segunda colocada, é multidisciplinar, com foco em pesquisas etnográficas, análises da política cultural da globalização, cujo intuito é o de discutir assuntos sobre diferenças culturais, sociais e políticas. Assim, também se justifica a publicação de apenas um artigo voltado ao tema.

Destaca-se, também, na Tabela 7, com 28 publicações e 792 citações, a revista *Government Information Quarterly*, que teve a média de 28,3 citações por artigo, assim como a revista *International Journal of Public Sector Management*, com 213 citações em 5 artigos, e média de 42,6. Além disso, os outros jornais ficaram com o valor médio de 3,1 citações por artigo, sendo 970 citações para 311 artigos publicados.

Com a finalidade de encontrar os autores mais relevantes sobre o tema, a Tabela 8 mostra os autores mais citados.

Na Tabela 8, estão descritos os autores mais relevantes de governança eletrônica de acordo com o número de citações. Nota-se que apenas 28 autores conseguiram obter mais que 40 citações em suas obras. Contudo, 5 autores dentro do escopo dos mais citados produziram mais que um artigo.

Em destaque, tem-se Raghuvar D. Pathak, que publicou, em 2007, um artigo relacionando governança eletrônica e combate à corrupção com o artigo *E-governance and corruption-developments and issues in Ethiopia*. Nos anos seguintes, deu ênfase a obras voltadas para a República das Fiji, em 2009, com o artigo *E-governance to cut corruption in public service delivery: a case study of Fiji*; em 2010, com o artigo *E-governance for improved public sector service delivery in India, Ethiopia and Fiji*; em 2011, com o artigo *Service delivery through e-governance: perception and expectation of customers in Fiji and PNG*.

Tabela 8

Autores mais citados sobre governança eletrônica, no período de 2005 a 2015

Posição	Autor	Quantidade de artigos	Quantidade de citações
1	Evans D.	1	152
2	Yen D. C.	1	152
3	Acerete B.	2	128
4	Pina V.	2	128
5	Torres L.	2	128
6	Saxena K. B. C.	1	113
7	Lee J.	1	92
8	Gil-Garcia J. R.	2	89
9	Sandoval-Almazan R.	1	81
10	Mazzarella W.	1	72
11	Dawes S. S.	1	68
12	Kolsaker A.	1	68
13	Lee-Kelley L.	1	68
14	Streib G.	1	58
15	Thomas J. C.	1	58
16	Pathak R. D.	4	52
17	Lekkas D.	1	49
18	Zissis D.	1	49
19	Al-Qahtani F.	1	44
20	Hamner M.	1	44
21	Helbig N.	2	44
22	Sahu R.	1	42
23	Singh A. K.	1	42
24	Martinez-Balleste A.	1	41
25	Perez-Martinez P.	1	41
26	Potnis D. D.	1	41
27	Rose R.	1	41
28	Solanas A.	1	41

A Tabela 9 apresenta títulos, autores, anos e números de citações dos artigos mais citados. Na Tabela 9, estão os artigos com 60 ou mais citações. O artigo mais citado é o *E-Government: evolving relationship of citizens and government, domestic, and international development*, de Evans e Yen, publicado em 2006, com 152 citações.

O objetivo do estudo de Evans e Yen (2006) foi explorar as aplicações emergentes do governo eletrônico nos Estados Unidos e na Comunidade Internacional. Nessa pesquisa, os autores verificaram que as estruturas dos Estados Unidos e da Comunidade Internacional são um reflexo da cultura da população. Constatou-se que a eficiência do governo eletrônico é conseguida por meio das simplificações das funções e da disponibilização *online*, ficando evidente que os cidadãos dos países com mais recursos digitais têm mais vantagens que os cidadãos dos países com menos recursos digitais.

Com 113 citações, aparece, na segunda posição, o artigo *Towards excellence in e-governance*, de Saxena, publicado em 2005. Na abordagem de Saxena (2005), verificaram-se os

atributos necessários de uma iniciativa de governança centralizada sob o olhar da “excelente e-governança”, e também a descrição de uma metodologia chamada de Engenharia da Governança Eletrônica, que visa garantir sua implementação.

Tabela 9

Artigos mais citados sobre governança eletrônica, no período de 2005 a 2015

Títulos	Autores	Ano	Citações
<i>E-Government: evolving relationship of citizens and government, domestic, and international development</i>	Evans e Yen	2006	152
<i>Towards excellence in e-governance</i>	Saxena	2005	113
<i>10 year retrospect on stage models of e-Government: a qualitative meta-synthesis</i>	Lee J.	2010	92
<i>E-governance developments in European union cities: reshaping government's relationship with citizens</i>	Torres, Pina e Acerete	2006	92
<i>Are government internet portals evolving towards more interaction, participation, and collaboration? Revisiting the rhetoric of e-government among municipalities</i>	Sandoval-Almazan e Gil-Garcia Jr.	2012	81
<i>Internet X-ray: e-governance, transparency, and the politics of immediation in India</i>	Mazzarella	2006	72
<i>Citizens' attitudes towards e-government and e-governance: a UK study</i>	Kolsaker e Lee-Kelley	2008	68
<i>Governance in the digital age: a research and action framework for an uncertain future</i>	Dawes S.S.	2009	68
Outros	Outros	-	1.970
Total geral			2.708

Na sequência, com 92 citações cada, aparecem os estudos dos autores Lee J. e Torres, Pina e Acerete, publicados em 2010 e 2006, respectivamente. Lee (2010) realizou uma síntese de doze modelos de estágios de governo eletrônico, por meio da análise semântica de conceitos, metáforas e temas contidos. Essa investigação contribuiu com uma formação estrutural e teórica sobre governo eletrônico a partir de estudos disponíveis havia 10 anos antes da pesquisa. Para o autor, os resultados fornecem direções e estratégias para serem implementadas pelas instituições em seus projetos de governo eletrônico.

Já o estudo de Torres, Pina e Acerete (2006) identificou evidências sobre a natureza das iniciativas de governo eletrônico em 35 cidades com mais de 500 mil habitantes, em 12 países europeus. Nesse estudo, os autores relataram que os governos da União Europeia expandiram a presença na internet nos últimos anos. Os sites eletrônicos comparados sugerem que eles são mais bem-sucedidos nos serviços eletrônicos do que na democracia eletrônica. Todavia, tiveram destaque na democracia eletrônica as cidades de Barcelona, Amsterdã e Viena. As TIC's impactaram a realidade da política atual e essa perspectiva mostra as dificuldades de mudanças nos sistemas de administração pública, por meio de mecanismos tecnológicos.

Com 81 citações e na quinta posição, o artigo elaborado por Sandoval-Almazan e Gil-Garcia (2012) discutiu o potencial da governança eletrônica por meio de portais da internet, porém também reconhece a necessidade de modificações nas estruturas organizacionais e institucionais. O artigo destaca, ainda, a importância da inclusão de mecanismos de interação, participação e colaboração nos portais do governo, e aponta que o progresso do envolvimento

dos cidadãos é lento e ainda são poucos os esforços para elevá-lo. A visão preponderante do modelo de governança eletrônica é a dos fornecedores de serviços e informações, porém ainda se encontra em estágios iniciais e, em esferas municipais, é menos evidente.

Para se obter uma visão mais ampla dos artigos abordados, o próximo tópico abrange a análise de títulos e resumos.

4.3 Análise de títulos e resumos

Para analisar os títulos e os resumos utilizados pelos autores, foi utilizado o programa VOSviewer, no qual foi criado um mapa baseado em dados de texto, conforme destacado na metodologia. Nessas condições, chegou-se ao mapa descrito na Figura 2.

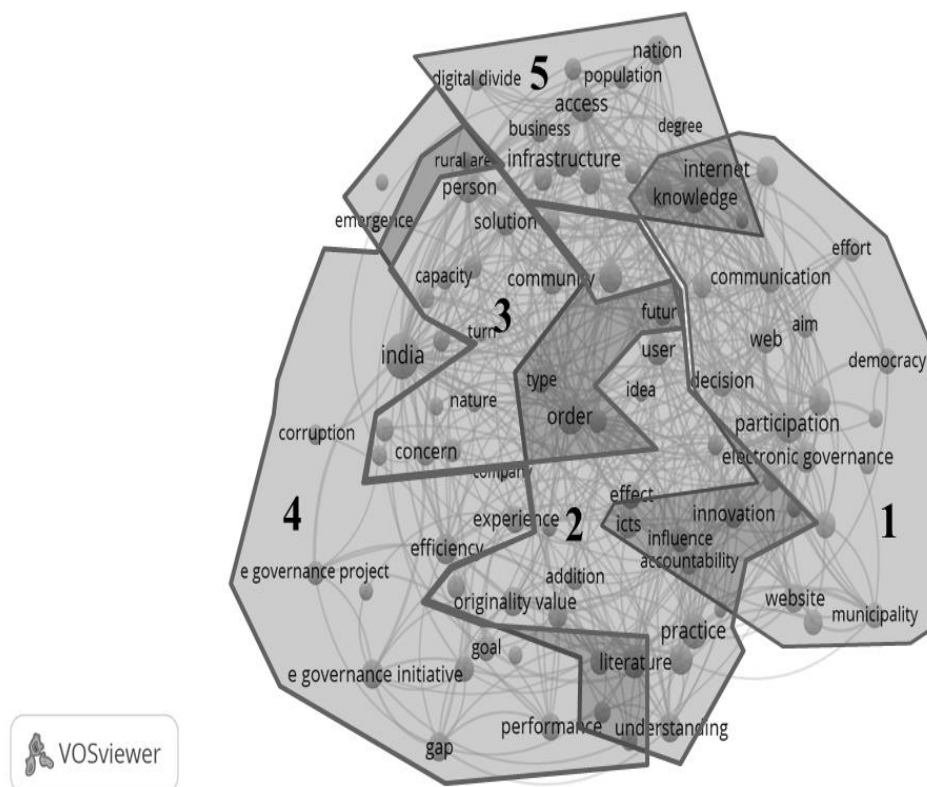


Figura 2. Mapa de texto dos artigos sobre governança eletrônica no período de 2005 a 2015

Foram identificados 5 *clusters*. No primeiro, identificado com o número 1, o termo que mais teve ocorrências foi *participation*, com 49 ocorrências, seguido de *internet* (39), *electronic governance* (31) e *communication* (30). Os resultados desse *cluster* sugerem que o foco das pesquisas que o compõem tende ao foco da governança eletrônica como uma forma de participação dos cidadãos envolvidos por meio da internet, com finalidade de tomada de decisão nos processos democráticos.

O segundo *cluster*, na área central da Figura 2, mostra os termos com mais ocorrências, *practice* (40) e *theory* (30), seguidos de *user* (29), o que indica que as pesquisas nesse *cluster* voltam-se mais para a relação da teoria e prática, a relação da experiência dos usuários, com a finalidade de entender e mensurar as influências e os efeitos das práticas encontradas.

O terceiro *cluster* possui o termo *order* (40) com mais ocorrência, seguido de *person* (34), *community* (28), *solution* (23) e *concern* (23). Nesse sentido, as pesquisas que compõem esse grupo tendem a buscar soluções para preocupações pessoais e comunitárias.

No quarto *cluster*, o termo com mais ocorrência refere-se à Índia: 67 ocorrências. Isso ocorre porque a quantidade de artigos nesse país é a maior entre todos os pesquisados. Já os outros termos com mais ocorrência são *literature* (33), *efficiency* (30), *e-governance initiative* (27). Considerando-se os termos desse grupo, é possível identificar o foco sobre a eficiência, as iniciativas de governança eletrônica e a preocupação com a corrupção.

O quinto *cluster* mostra que *infrastructure* (40) é o termo com mais ocorrência, seguido de *access* (36) e de *knowledge* (34). Nesse *cluster*, as pesquisas voltam-se para a infraestrutura dos países quanto à disponibilidade de acesso e para o conhecimento da população e das empresas de se utilizar os meios disponibilizados.

Verifica-se que o segundo *cluster* é o mais teórico, motivo que justifica a área central ocupada no mapa. Com base na estrutura elaborada por Mello (2009), pode-se segregar as pesquisas encontradas dentro de governo eletrônico e de democracia eletrônica, de acordo com a Figura 3.

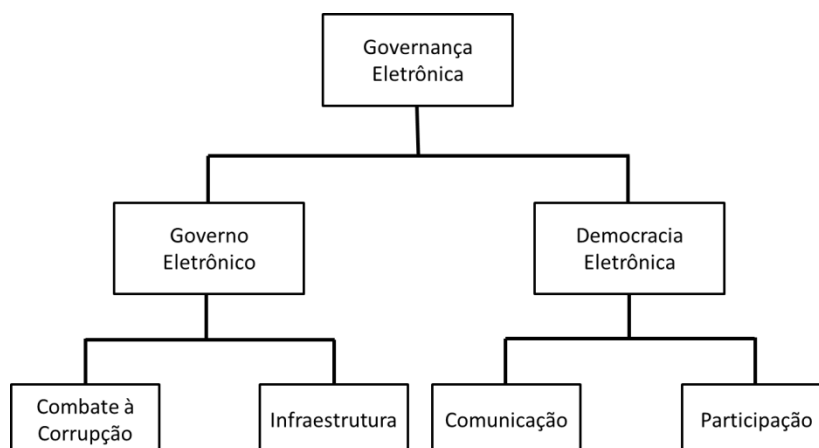


Figura 3. Áreas e subáreas de pesquisa de governança eletrônica

Fonte: Adaptado de *Estudo das práticas de governança eletrônica: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros*, de G. R. de Mello, 2009, p. 44.

Observa-se, a partir dessas informações, que as pesquisas com foco no governo eletrônico são direcionadas ao combate à corrupção por meio de informações disponibilizadas pela internet, visando à transparência de suas ações (prestação de contas). Ainda referente ao governo eletrônico, as pesquisas voltam-se ao atendimento das necessidades da população por meio da infraestrutura disponibilizada.

Já as pesquisas com foco na democracia eletrônica possuem o foco no compartilhamento das informações para todos os usuários, considerando-se a experiência desses com a internet, com a finalidade de que os cidadãos tenham uma participação efetiva nas tomadas de decisões governamentais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou, por meio de uma pesquisa bibliográfica, identificar os principais estudos nacionais e internacionais e os construtos que envolvem a governança eletrônica, no

período de 2005 a 2015. Após implementar a busca nas bases de dados, foram definidos os critérios de inclusão e exclusão para o período, relacionados ao tema governança eletrônica, e foi identificada a existência de 364 artigos e de 2.708 citações, perfazendo uma média de 7,44 citações para cada estudo, constatando-se um crescimento nos últimos anos.

A Índia foi o país com mais artigos publicados, com aproximadamente 22%. No que tange ao número de citações, as obras indianas não foram as mais citadas. Os Estados Unidos da América tiveram aproximadamente 16% das publicações, seguidos da Espanha e da Austrália, com pouco mais de 6% cada. Ressaltem-se, aqui, as publicações dos estudos da Coreia do Sul, que, com apenas 6 artigos publicados, obteve o maior número médio de citações, diferentemente do Brasil. Entretanto, as citações nas bases de dados nacionais não têm tanta abrangência quanto as internacionais, devido à influência dos jornais. Destaque-se que os Estados Unidos, diferentemente da Índia, têm o segundo maior número de estudos, com uma média de 14 citações por artigo; também se destacaram o Reino Unido e a Espanha, que ultrapassaram 200 citações. Dessa forma, os Estados Unidos da América, a Espanha e o Reino Unido concentram, aproximadamente, 60% das citações a respeito de governança eletrônica.

A relevância dos artigos pode ser atribuída à acessibilidade das respectivas nações quanto às tecnologias da informação e comunicação (TIC), se levarmos em consideração os países que tiveram mais peso nas citações. No entanto, não houve evidências, nas bases pesquisadas, de publicações segmentadas por desenvolvimento econômico, como, por exemplo, do grupo dos 7 países mais ricos. Dessa forma, os achados de Evans e Yen (2006) (que justificam a distribuição dos artigos, nesta pesquisa) defendem que é um reflexo da cultura da população.

No Brasil, o número de publicações ainda é baixo, destacando-se o período de 2013, com 3 artigos publicados, o que pode ser relacionado à qualidade dos serviços e à necessidade de revitalização da administração pública. Os artigos de Guimarães e Medeiros (2005), Alves e Dufloth (2008), Mello e Slomski (2010), Pereira, Macadar e Pereira (2013) e Souza *et al.* (2014) evidenciam a preocupação quanto à contribuição das TIC para a população e, também, quanto à implementação, ao monitoramento e à eficiência.

Em relação aos periódicos, a maioria das publicações ocorreu no *Government Information Quarterly*, com aproximadamente 30%; em segundo lugar, aparece o *International Journal of Public Sector Management*, com 7,87%; em terceiro lugar, emerge o periódico *Governance*, com 3,40%. O estudo de Evans e Yen (2006), com o título *E-Government: evolving relationship of citizens and government, domestic, and international development*, foi o mais citado, com 152 citações, e o segundo estudo foi o de Saxena (2005), *Towards excellence in e-governance*, com 113 citações. Os estudos internacionais demonstram a iniciativa para a busca de excelência na governança eletrônica e neles consta a natureza das iniciativas de governo eletrônico em âmbito municipal, com comparação dos estados com outros países.

No que se refere aos construtos levantados nos estudos, foram identificadas os principais termos, divididos em 5 *clusters*. Os que mais obtiveram ocorrências foram *management, delivery, tools e world, finding, context, implication, communication technology, change participation, india, governance initiative, performance, gap e focus*, sendo essas as principais palavras que definem as ideias centrais dos estudos encontrados.

A principal contribuição deste artigo foi a manifestação do panorama brasileiro no âmbito internacional. Constatou-se, pelos estudos brasileiros encontrados, que existe uma

preocupação com o monitoramento e com os benefícios das TIC quando utilizadas pelo governo. Todavia, ainda existe a necessidade de mudança cultural para que os serviços prestados pelo governo sejam realmente eficientes.

Para futuras pesquisas, sugere-se a comparação dos serviços prestados por meio das TIC pelos países que já têm uma cultura moldada em práticas de governança eletrônica com os serviços prestados no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. V. C.; Dufloth, S. C. (2008). Portais eletrônicos de compras da administração pública: contribuição para avaliação da governança eletrônica no Brasil. *Revista Gestão & Tecnologia*, 8(1), 1-19. Doi: 10.20397/2177-6652/2008.v8i1.209
- Araújo, W. F. G. de, & Gomes, M. P. S. (2004). Governança eletrônica na América Latina: podemos esperar uma democracia eletrônica?. In: *Fórum IUPERJ/UFMG: Democracia e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro.
- Barbosa, A. R. (2017). Perfil da produção científica brasileira sobre governo eletrônico. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 8(1), 1785-1810. Doi: 10.15603/2177-7284/regs.v8n1p1785-1810
- Beuren, I. M., Moura, G. D., & Kloeppe, N. R. (2013). Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 47(2), 421-441. Doi: 10.1590/S0034-76122013000200007
- Bhuiyan, S. H. (2011). Modernizing Bangladesh public administration through e-governance: benefits and challenges. *Government Information Quarterly*, 28, 54-65. Doi: 10.1016/j.giq.2010.04.006
- Bolivar, M. P. R., Perez, C. C., & Hernandez, A. M. L. (2007). E-Government and public financial reporting: the case of Spanish regional governments. *The American Review of Public Administration*, 37(2), 142-177. Doi: 10.1177/0275074006293193
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2. ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Cunha, M. A. V. C., Duclós, L. C., & Barbosa, A. F. (2006, Novembro). Institucionalização do e-governo como instrumento de legitimidade da governança eletrônica no setor público no Brasil, Chile e Peru. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Salvador, BA, Brasil, 30.
- Dawes, S. S. (2009). Governance in the digital age: a research and action framework for an uncertain future. *Government Information Quarterly*, 26(2), 257-264. Doi: 10.1016/j.giq.2008.12.003
- Evans, D., & Yen, D. C. (2006). E-Government: evolving relationship of citizens and government, domestic, and international development. *Government Information Quarterly*, 23(2), 207-235. Doi: 10.1016/j.giq.2005.11.004
- Foley, P., & Alfonso, X. (2009). E-government and the transformation agenda. *Public Administration*, 87(2), 371-396. Doi: 10.1111/j.1467-9299.2008.01749.x
- Georgescu, M. (2008). The government in the digital age: myths, realities and promises. *Innovative Applications Of Information Technologies In Business And Management*,

- Forthcoming. Available at *Social Science Research Network* – SSRN: <https://ssrn.com/abstract=906587>
- Guimarães, T. de A., & Medeiros, P. H. R. (2005). A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. *Cad. EBAPE.BR.*, 3(4), 01-18. Doi: 10.1590/S1679-39512005000400004
- Heeks, R. (2001). *Understanding e-Governance for development*[Working Paper n. 11].i- Government Working Paper Series, *Institute for Development Policy and Management University of Manchester*, Manchester. UK. Retrieved November 20, 2016, from <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/NISPAcee/UNPAN015484.pdf>
- Holzer, M., & Kim, S.-T. (2005). *Digital governance in municipalities worldwide (2005): a longitudinal assessment of municipal websites throughout the world*. Department of Economic and Social Affairs. New Jersey: American Society for Public Administration.
- Kaur, R. (2016). E-governance: problems, challenges and prospects in India. *International Journal of Recent Scientific Research*, 7(4), 10616-10620.
- Knezevic, B. (2007). New forms of governance in South-East Europe: with special emphasis on Serbia. In:*Ninth annual kokkalis program graduate student workshop, Harvard University's Center for European Studies*. Cambridge. Doi: 10.2139/ssrn.975218
- Knight, P. T., & Fernandes, C. C. C. (2006). *E-Brasil: um programa para acelerar o desenvolvimento socioeconômico aproveitando a convergência digital*. São Paulo: Yendis.
- Kolsaker, A., & Lee-Kelley, L. (2008). Citizens' attitudes towards e-government and e-governance: a UK study. *International Journal of Public Sector Management*, 21(7), 723-738. Doi: 10.1108/09513550810904532
- Lee, J. (2010). 10 year retrospect on stage models of e-Government: A qualitative meta-synthesis. *Government Information Quarterly*, 27(3), 220-230. Doi: 10.1016/j.giq.2009.12.009
- Mazzarella, W. (2006). Internet X-ray: e-governance, transparency, and the politics of immediation in India. *Public Culture*, 18(3), 473-505. Doi: 10.1215/08992363-2006-016
- Meijer, A. (2015). E-governance innovation: Barriers and strategies. *Government Information Quarterly*, 32(2), 198-206. Doi: 10.1016/j.giq.2015.01.001
- Mello, G. R. (2009). *Estudo das práticas de governança eletrônica: um instrumento de controladoria para tomada de decisões*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Mello, G. R., & Slomski, V. (2010). Electronic governance index of brazilian states (2009): within the executive branch. *JISTEM Journal of Information Systems and Technology Management*, 7(2), 375-408. Doi: 10.4301/S1807-17752010000200007
- Organização das Nações Unidas - ONU (2002). *Benchmarking e-government: a global perspective*. New York: American Society for Public Administration.
- Pathak, R. D., Naz, R., Rahman, M. H., Smith, R. F. I., & Nayan Agarwal, K. (2009). E-governance to cut corruption in public service delivery: a case study of Fiji. *International Journal of Public Administration*, 32(5), 415-437. Doi: 10.1080/01900690902799482
- Pathak, R. D., Singh, G., Belwal, R., & Smith, R. F. I. (2007). E-governance and corruption-developments and issues in Ethiopia. *Public Organization Review*, 7(3), 195-208. Doi: 10.1007/s11115-007-0031-6

- Paul, S. (2007). A case study of E-governance initiatives in India. *The International Information & Library Review*, 39, 176-184. Doi: 10.1016/j.iilr.2007.06.003
- Paulin, A. (2016). Informating smart cities governance? Let us first understand the atoms!. *Journal of the Knowledge Economy*, 7(2), 329-343. Doi: 10.1007/s13132-016-0368-6
- Paulo, M. (2015). The role of e-Governance in Europe's image of the Chinese Communist Party. *International Communication Gazette*, 78(1-2), 39-63. Doi: 10.1177/1748048515618105
- Pereira, G. V., Macadar, M. A., & Pereira, V. M. (2013). Governança eletrônica sob perspectiva institucional: análise do portal de periódicos da Capes. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 11(2), 53-75.
- Sandoval-Almazan, R., & Gil-Garcia, J. R. (2012). Are government internet portals evolving towards more interaction, participation, and collaboration? Revisiting the rhetoric of e-government among municipalities. *Government Information Quarterly*, 29, S72-S81. Doi: 10.1016/j.giq.2011.09.004
- Saxena, K. B. C. (2005). Towards excellence in e-governance. *International Journal of Public Sector Management*, 18(6), 498-513. Doi: 10.1108/09513550510616733
- Schuppan, T. (2009). E-government in developing countries: Experiences from sub-Saharan Africa. *Government Information Quarterly*, 26(1), 118-127. DOI: 10.1016/j.giq.2008.01.006
- Schwester, R. W. (2009). Examining the barriers to e-government adoption. *Electronic Journal of E-Government*, 26(1), 118-127.
- Singh, G., Pathak, R. D., & Naz, R. (2011). Service delivery through e-governance: perception and expectation of customers in Fiji and PNG. *Public Organization Review*, 11(4), 371-384. Doi: 10.1007/s11115-010-0135-2
- Singh, G., Pathak, R. D., Naz, R., & Belwal, R. (2010). E-governance for improved public sector service delivery in India, Ethiopia and Fiji. *International Journal of Public Sector Management*, 23(3), 254-275. Doi: 10.1108/09513551011032473
- Soares Junior, J. S., & Santos, E. M. dos. (2007, setembro). Governança eletrônica: uma perspectiva sociotécnica das organizações públicas a partir da padronização e interoperabilidade. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31
- Souza, F. J. V., Araujo, A. O., Araújo, F. R., & Silva, M. C. (2014). Análise das práticas de governança eletrônica dos municípios mais populosos do Brasil: um estudo baseado no Modelo de Mello (2009). *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 4(3), 62-77. Doi: 10.18696/reunir.v4i3.199
- Torres, L., Pina, V., & Acerete, B. (2006). E-Governance Developments in European Union Cities: Reshaping Government's Relationship with Citizens. *Governance*, 19(2), 277-302. Doi: 10.1111/j.1468-0491.2006.00315.x
- UNESCO - United nations educational, scientific and cultural organization. (2005) Defining E-governance. Recuperado em 20 novembro, 2016, de <http://portal.unesco.org>.
- Zittei, M., Vinicius, M., & Carlos Fernandes, F. (2015). E-serviços no governo eletrônico: análise bibliométrica de artigos internacionais. *Future Studies Research Journal: Trends & Strategies*, 7(2). Doi: 10.7444/future.v7i2.206